

Resumo

Este texto reúne algumas reflexões sobre a problemática do desenvolvimento e do crescimento econômico. Os autores criticam as diversas classificações aplicadas aos diferentes estágios do progresso das nações e defendem uma posição já assumida por diferentes autores como Paul Baran, Celso Furtado, Giovanni Arrighi, Herman Daly e muitos outros que afirmam ser o crescimento econômico limitado em médio prazo pela exaustão dos recursos produtivos e o desenvolvimento econômico, uma utopia, notadamente para os países periféricos. Desta forma, conclui-se que a retomada da discussão acerca do desenvolvimento parece indispensável nos dias de hoje, seja em razão da situação de estagnação econômica e da deterioração das condições sociais de vastas regiões da periferia capitalista nesse contexto de globalização, seja em razão dos próprios limites ecológicos da sociedade de consumo. O grande desafio consiste em repensar o desenvolvimento levando em consideração esse conjunto de problemas

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Crescimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Endógeno.

Introdução

A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e o restante da população ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo.

Karl Marx (1971 [1890], p. 829)

Quando se consegue reduzir a pobreza a níveis toleráveis, supõe-se ser possível atingir um estágio satisfatório de desenvolvimento econômico, ou seja, aquele onde se dispõe dos padrões mínimos de segurança alimentar; erradicada a miséria, desconcentrada a renda e democratizado o acesso coletivo às melhores condições de vida propiciadas pelo desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade.

Observando os acontecimentos dos últimos setenta anos, somos absolutamente céticos quanto às reais possibilidades do Brasil, e dos demais países da América Latina, conseguirem atingir essa etapa do progresso sonhado pelos seus sucessivos planejadores e governantes. Principalmente quando considerada a sua totalidade territorial, que apresenta imensas disparidades sociais e econômicas, e uma intolerável desigualdade nos níveis da renda.

O Brasil é classificado, pelas organizações internacionais, como país “emergente” ou, de forma mais geográfica, como um estado periférico. Estacionado há 500 anos, como diz Guimarães (1999) na periferia das grandes potências capitalistas, há quase um século que se esforça o Brasil na busca do seu desenvolvimento utilizando, em diferentes formas e graus de intensidade todo o receituário prescrito pelas diversas escolas e correntes do desenvolvimentismo.

Para o sistema capitalista, que se preocupa exclusivamente com o processo de acumulação de riqueza, coloca-se o Brasil entre as 10 maiores economias mundiais, ocupando a 8ª posição no ranking, respondendo por um PIB de US\$ 2.172.058 milhões superando países ditos desenvolvidos como a França, Itália, Espanha, Canadá e outros.¹

Contrastando com esta privilegiada posição econômica é preocupante a classificação do País no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - 2011, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ali ele ocupa a 84ª posição correspondente ao índice 0,718. Esta situação agrava-se quando considerado o IDH ajustado à desigualdade (IDHA-D) que “ajusta o IDH à desigualdade na distribuição de cada dimensão pela população.” (PNUD, 2011, p. 235). Sendo assim, o IDHA-D equivale ao IDH quando não existe desigualdade de renda no País, mas diminui em relação ao IDH à medida que a desigualdade cresce. Segundo o PNUD (2011, p. 235), o IDHAD deve ser considerado como o nível real de desenvolvimento humano (levando em consideração a desigualdade), ao passo que o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” (ou o nível máximo de IDH), que pode ser alcançado se não existir desigualdade. Assim sendo com um IDHA-D de 0,519 em 2011, o Brasil recuará 13 pontos na sua classificação passando para o 97º lugar, resultado próximo ao de países como a República Dominicana e o Suriname.

Observe-se que o Brasil foi o único entre os chamados Brics - grupo que inclui ainda Rússia, Índia, China e África do Sul - a reduzir o abismo entre ricos e pobres em 15 anos, de

¹ Fontes: Organização Mundial do Comércio (OMC); Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial; Estados nacionais.

acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tendo o seu índice Gini, que mede a desigualdade de um país, caído de 0,61 para 0,51 entre 1993 e 2012. Entretanto, observou a OCDE, o Gini do Brasil ainda é maior que em todos os principais emergentes, à exceção da África do Sul. É também o dobro da média dos ricos. No país, os 10% mais ricos ganham nada menos que 50 vezes mais do que os 10% mais pobres, um dos maiores abismos do mundo.

Tabela 1 – Brasil: classes de renda 2000 – 2010

Classes Sociais	2000		2010		Variação % 2000/2010
	População	Part. %	População	Part. %	
Extremamente Pobre	25.035.054	14,8	18.024.494	9,5	-28,0
Pobre	25.573.421	15,1	16.430.460	8,6	-35,8
Vulnerável	33.282.124	19,7	31.908.673	16,8	-4,1
Baixa Classe Média	23.970.025	14,2	27.784.058	14,6	15,9
Média Classe Média	19.166.754	11,3	30.487.261	16,0	59,1
Alta Classe Média	16.980.162	10,0	27.792.433	14,6	63,7
Baixa Classe Alta	17.231.253	10,2	26.367.925	13,9	53,0
Alta Classe Alta	8.043.272	4,8	11.297.541	5,9	40,5
Total	169.282.065	100,0	190.092.845	100,0	12,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: dados da amostra, 2000/2010.
Nota¹: Classe Social conforme a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, SAE/PR.

A pobreza no Brasil é um fenômeno que acompanha a história do País. Na década que abrange o período de 2000 a 2010, não obstante, registrou-se considerável progresso na sua redução como se pode observar na Tabela 1, anterior. Segundo os dados da SAE, para o ano de 2012, os estratos relativos às pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis, no período 2000/2010 obtiveram no conjunto uma redução de 67,9 % ao que correspondeu um acentuado aumento nas classes mais altas, notadamente a classe média. Mesmo assim o Brasil ainda arca com mais de 66 milhões de pessoas transitando entre as faixas da extrema pobreza a vulnerável o que significa sobreviver com um padrão de renda familiar situado entre R\$ 227,00 e R\$ 1.030,00 mensais.

Não obstante, como disse Furtado (1974), os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social. Funcionam como faróis que iluminam o campo de percepção dos cientistas sociais permitindo-lhes vislumbrar com clareza certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo em que lhes assegura certo conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realizam surgem

ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva. Neste sentido, constatava Furtado na década de 1970 que pelo menos noventa por cento da literatura sobre desenvolvimento econômico produzida até aquela já distante época se fundava na ideia de que “o desenvolvimento, tal qual vinha sendo praticado pelos grandes países que lideraram a revolução industrial poderia ser universalizado.” (1974, p.16). Ou seja, pretendia-se, especificamente, que os padrões de consumo da minoria da humanidade que vive no primeiro mundo fossem acessíveis às grandes massas que sobrevivem no terceiro mundo. Esta ideia, segundo Furtado, era “seguramente uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.” (*Ibid.* p.16).

Caminha-se, então, (na medida em que, se os sete bilhões de terráqueos quiserem ascender às condições mínimas de segurança alimentar), para uma era de graves e duradouros conflitos regionais e mundiais o que poderá acabar com a humanidade ou dar forma a uma nova ordem social cujos padrões serão estabelecidos pelos mais fortes com a eliminação radical ou submissão dos mais fracos, confirmando as profecias de Huxley (1969) e Orwell (2005).

Isto posto, neste ensaio composto por duas partes, são examinados os novos aportes teóricos que pretendem instrumentar a teoria do desenvolvimento regional com enfoque gestado a partir da ruptura do denominado paradigma fordista e responder com maior eficácia às características e peculiaridades de economias menos desenvolvidas e, muitas vezes, ainda não absorvidas pelo processo de globalização. Neste sentido serão discutidos os aspectos teleológicos de categorias tais como desenvolvimento local, endógeno, sustentável, integrado e comunitário que representam diferentes estratégias e, por isto mesmo, comportam diferentes abordagens e questões operacionais.

O pensamento desenvolvimentista

A consolidação da Teoria do Desenvolvimento como o suporte das políticas dos países subdesenvolvidos, notadamente o planejamento regional, somente ocorreu no mundo ocidental, a partir das décadas de 1930/1940 no bojo da revolução keynesiana que eclodiu em 1936, como uma resposta ao fracasso do paradigma liberal, na Grande Depressão de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial como resultado das macrodecisões emanadas da conferência de *Bretton Woods*.

Segundo Fiori (2012, p. 1) a hegemonia do pensamento desenvolvimentista, na América Latina, deita raízes na década de 1930, se consolida nos anos 50, passa por uma autocrítica nos anos 60, e perde seu vigor intelectual na década de 1980. Em sua opinião:

(...) é possível identificar, ao longo deste período, três grandes matrizes teóricas que organizaram o debate em torno ao papel do Estado no desenvolvimento econômico, e contribuíram para a construção e legitimação da ideologia nacional-desenvolvimentista: 1) a teoria das etapas do desenvolvimento econômico, de Walter Rostow. Sua proposta de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano; 2) a teoria estruturalista do "centro-periferia" e do intercambio desigual, formulada pela CEPAL. Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico de Friedrich List e Alexander Hamilton, mas não dá a mesma importância destes autores, aos conceitos de nação, poder e guerra; e, finalmente, 3) a teoria marxista da "revolução democrático-burguesa" que via no desenvolvimento e na industrialização o caminho necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista e da própria revolução socialista. Sua interpretação e estratégia traduziam de forma quase sempre mecânica experiências de outros países, sem maior consideração pela heterogeneidade interna da América Latina. Estas três teorias consideravam que o desenvolvimento econômico era um objetivo indiscutível e consensual, capaz de constituir e unificar a nação; se propunham construir economias nacionais autônomas e sociedades modernas e democráticas; consideravam que a industrialização era o caminho necessário da autonomia e da modernidade, ou mesmo da construção socialista; e, finalmente, propunham que o Estado cumprisse o papel estratégico de *condottiere* desta grande transformação.

No Brasil foi preponderante, nesta época, o pensamento keynesiano nas análises formuladas por autores estrangeiros dedicados ao estudo do subdesenvolvimento, entre os quais Raul Prebisch, Paul Baran, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Walter Rostow, Rosenstein-

Rodan, e Ragnar Nurkse, e brasileiros como Celso Furtado, Roberto Campos, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Maria da Conceição Tavares, entre outros que contribuíram para a formação das diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundamentando teoricamente o planejamento que veio a desenvolver-se no país, inclusive o modelo de substituição de importações e, politicamente, o que se convencionou denominar de paradigma nacional-desenvolvimentista.

Numa revisão histórica, notadamente dos aspectos sociais, são questionáveis os resultados da experiência brasileira de planejamento do seu desenvolvimento. É inegável o expressivo *crescimento econômico* do país na segunda metade do século XX, sobretudo no período que vai de 1946 até 1980, graças à realização de muitas das medidas e ações preconizadas nos diversos planos elaborados no período. Porém, não foi atingido o padrão de desenvolvimento econômico desejável e, ao encerrar o século, se observou a manutenção de um considerável desequilíbrio inter-regional, acentuada concentração da renda e a permanência de uma elevada parcela da população vegetando abaixo da linha de pobreza, continuando o país dependente, em grande escala, dos humores do capitalismo internacional.

Fiori (2012, p. 1) observa que “duas coisas chamam a atenção, nesta história desenvolvimentista. A primeira, é que apesar desta ampla convergência estratégica, as políticas desenvolvimentistas só tenham sido aplicadas de forma muito pontual, irregular e descoordenada”. E defende a tese – polêmica – de que, no Brasil, a matriz teórica e estratégica que teve mais importância foi a que se baseou na teoria da segurança nacional, iniciada com a Revolução de 30 (na ditadura de Getúlio Vargas e no Estado Novo) e posteriormente sequenciada no Movimento Militar do período de 1964 a 1985, sob o suporte ideológico da Escola Superior de Guerra (ESG) com os contributos dos economistas Roberto de Oliveira Campos, João Paulo dos Reis Veloso, Octávio Bulhões e Mario Simonsen.

No final da década de 1980, marcada pela avalanche do neoliberalismo e do Consenso de Washington, as teorias do desenvolvimento entraram em recesso no Brasil e em toda a América Latina, no bojo das ideias do Estado Mínimo e na abolição do planejamento econômico estatal. A propósito da crise atravessada pela Teoria do Desenvolvimento, vale transcrever o testemunho de Satrústegui (2009) quando diz:

A lo largo de las últimas décadas, la economía del desarrollo y, más en general, los estudios sobre desarrollo – entendidos de manera amplia como el análisis de las condiciones capaces de favorecer el progreso y el

bienestar humanos - atraviesan por una cierta crisis (...)Es preciso resaltar a este respecto el devastador efecto producido por el reduccionismo conceptual y metodológico que ha ido imponiéndose en ciertos ámbitos académicos, el cual ha dejado a los estudios sobre desarrollo huérfanos de algunas perspectivas de épocas anteriores y dotados de menos instrumentos para, paradójicamente, tener que afrontar el análisis de fenómenos mucho más complejos (un problema que ya fue apuntado hace casi tres décadas por Hirschman, 1980, al referirse a la “vuelta a la monoeconomía” en su famoso ensayo Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo).

Hirschman antevia, com efeito, a revolução neoliberal e a volta do paradigma que ele denominava de *monoconomia*, ou seja, a validade da aplicação universal da teoria econômica gestada no primeiro mundo. Dizia Hirschman (1980, p. 1057):

Entiendo por rechazo de la tesis monoeconómica la concepción de que los países subdesarrollados se separan como un grupo, mediante varias características económicas específicas comunes a ellos, de los países industriales avanzados, y que el análisis económico tradicional, concentrado en estos últimos países, deberá modificarse, en consecuencia, en algunos aspectos importantes, cuando se aplique a los países subdesarrollados. (Grifos nossos).

Hirschman criticava o efeito devastador produzido pelo reduccionismo conceitual e metodológico que passou a dominar a academia, deixando desestruturados os estudiosos das questões vinculadas ao desenvolvimento, vez que os novos instrumentos apresentados não estavam à altura da análise e enfrentamento de uma problemática cada vez mais complexa. Segundo ele (1980, p. 1073)

No apareció ninguna síntesis nueva. Pueden ofrecerse varias explicaciones. Por una parte, la economía del desarrollo había sido construida sobre un concepto, el "país subdesarrollado típico", que se volvió cada vez menos real a medida que el desarrollo proseguía a tasas muy diferentes y asumía formas muy distintas en los diversos países de

la América Latina, Asia y África. La ley del desarrollo desigual de Lenin, formulada originalmente para las grandes potencias imperialistas, se aplicaba al Tercer Mundo. Se puso en claro, por ejemplo, que para los fines de las proposiciones más elementales de la estrategia del desarrollo los países muy poblados difieren sustancialmente de los mini estados cada vez más numerosos del Tercer Mundo así como aparecieron muy pocos problemas en común entre los países en desarrollo exportadores e importadores de petróleo. El concepto de un cuerpo unificado de análisis y de recomendaciones de políticas para todos los países subdesarrollados, que contribuyó en buena medida al surgimiento de la subdisciplina, se convirtió en cierto sentido en una víctima del éxito mismo del desarrollo y de su desigualdad. Pero había una razón más poderosa para que la economía del desarrollo no pudiera experimentar una recuperación decisiva ante los ataques de que la habían hecho objeto los críticos: la serie de desastres políticos que afectaron a varios países del Tercer Mundo a partir de los años sesenta, los que estaban claramente conectados de algún modo a las tensiones que acompañan al desarrollo y la "modernización". Estos desastres del desarrollo que iban desde las guerras civiles hasta el establecimiento de regímenes autoritarios criminales, no podían dejar de desconcertar a un grupo de científicos sociales que, después de todo, no habían iniciado el cultivo de la economía del desarrollo después de la segunda Guerra Mundial como especialistas estrechos, sino impelidos por la visión de un mundo mejor... (Grifos nossos).

A proliferação terminológica

O aparente esgotamento do modelo "fordista" de produção e as transformações dos processos produtivos a partir da década de 1970, demonstrados pelo declínio persistente de regiões fortemente industrializadas (Benko; Lipietz, 1994), e a expansão econômica de novas regiões (Storper; Scott, 1986), conduziram a substanciais mudanças nas teorias e políticas de desenvolvimento regional.

Segundo Martinelli e Schoenberger, apud Benko (1994, p. 103) este esgotamento do modelo fordista é mais ficção do que realidade. Elas afirmam que, para os oligopólios e para as empresas gigantes, produção e concorrência são perfeitamente compatíveis com um aumento da flexibilidade. Da mesma forma Bussato e Costa Pinto (2005) acrescentam que o movimento de reestruturação produtiva (flexibilização/fragmentação da produção) se vincula a uma nova divisão internacional do trabalho, associada, muito mais, à descentralização da produção da grande firma, mantendo ou até mesmo ampliando o controle, do que aos movimentos autônomos das pequenas e médias empresas, estruturadas em novos distritos industriais marshallianos.

Porém, aos apressados em incluir o Brasil no novo “estágio pós-fordista”, vale observar a seguinte colocação de Lipietz (1995, p. 56):

En los años setenta aparecen los "Nuevos Países Industrializados" (NPI). Brasil y Corea del Sur son los ejemplos más importantes. Aspectos de sus modelos de desarrollo han sido examinados anteriormente bajo dos títulos: la "taylorización primitiva" y el "fordismo periférico" (Lipietz [1985a]). La taylorización primitiva (o sanguinaria). Este concepto trata el caso de deslocalización de segmentos limitados de ramas industriales fordistas hacia formaciones sociales con tasas de explotación muy elevadas (en cuanto a salarios, duración e intensidad del trabajo, etc.), siendo principalmente exportados los productos hacia países más avanzados... El fordismo periférico. Como el fordismo, se basa en el acoplamiento de la acumulación intensiva y del crecimiento de los mercados finales. Pero permanece "periférico" en este sentido, en que los circuitos mundiales de las ramas productivas, los empleos cualificados (sobre todo en la ingeniería) se mantienen mayoritariamente ajenos a estos países. Además, los recursos corresponden a una específica combinación del consumo local de las clases medias, del consumo creciente de bienes duraderos por los trabajadores y de exportaciones a bajo precio hacia los capitalismos centrales. En esta situación (...) el porvenir de Brasil queda abierto a tres posibilidades: una vuelta al taylorismo primitivo, una consolidación del fordismo periférico e incluso una evolución hacia el fordismo con evoluciones locales hacia los aspectos toyotistas. (Grifos nossos).

A questão dos desequilíbrios regionais e do subdesenvolvimento, que não cessaram de se agravar ao longo do tempo, passou a ser objeto de novas abordagens que corresponderam a diferentes categorias analíticas relativas aos enfoques do desenvolvimento. Com bastante propriedade, Boisier (2000, p. 83) investe contra a proliferação desses enfoques:

El desarrollo es la utopía social por excelencia. En un sentido metafórico es el miltoniano paraíso perdido de la humanidad, nunca alcanzable ni recuperable debido a su naturaleza asintótica al eje de su propia realización. En la práctica, y el breve recuento de su historia más contemporánea así lo prueba, cada vez que un grupo social se aproxima a lo que es su propia idea de un “estado de desarrollo”, inmediatamente cambia sus metas, sean cuantitativas o cualitativas. Demos gracias a ello: de otra manera la humanidad todavía estaría dibujando bisontes en alguna cueva del sur de Europa! Hay autores, como Veiga (1993), que hablan de la “insustentable utopía del desarrollo”. Quizás en parte debido a ello, a su propia naturaleza utópica y en parte también debido a nuestro sobre-entrenamiento intelectual en las disyunciones analíticas cartesianas, se ha producido paulatinamente una verdadera polisemia en torno al desarrollo, es decir, una multiplicidad de significados cada uno de los cuales reclama identidad única en relación al adjetivo con que se acompaña el sustantivo “desarrollo”. Así se asiste a una verdadera proliferación de “desarrollos”: desarrollo territorial, desarrollo regional, desarrollo local, desarrollo endógeno, desarrollo sustentable, desarrollo humano y, en términos de su dinámica, desarrollo “de abajo-arriba” (o su contrapartida, “del centro-abajo”) y otros más. Incluso se observa, en el más puro estilo del cartesianismo, la especialización funcional de instituciones académicas y políticas, unas ocupadas de ésta o de esta otra categoría, como si fuesen categorías independientes. (Grifos nossos).

Entre as categorias do desenvolvimento que se encontram na moda destacam-se as relacionadas ao desenvolvimento sustentável; desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno.

O enfoque do desenvolvimento sustentável surgiu logo após a Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo promovida pela ONU em 1972. Foi gerado como uma reação de vários intelectuais, às propostas de D. H. Meadows, do "Clube de Roma," que, no estudo, *The Limits to Growth* produzido em 1972, concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos. O estudo recorria ao neo-malthusianismo como solução para a iminente "catástrofe" mundial. Intelectuais, dos próprios países desenvolvidos, consideraram que em sua tese sombria Meadows e o seu grupo estavam preconizando o fim do crescimento da sociedade industrial e das perspectivas dos países subdesenvolvidos, visto que a partir dela, se motivaria o bloqueio do desenvolvimento dos países pobres, com uma justificativa ecológica. Entre os opositores a Meadows destacam-se o canadense Maurice Strong que lançou em 1973 o conceito de ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs. Como uma derivação do conceito, surgiu, em 1987, a expressão desenvolvimento sustentável adotada pela World Commission On Environment and Development (1987) presidida por Gro Harlem Brundtland, em seu relatório *Our Common Future* também conhecido como Relatório Brundtland. Esse novo conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a Cúpula da Terra de 1992 (Eco 92) - no Rio de Janeiro. Segundo Ignacy Sachs os caminhos do desenvolvimento seriam seis: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação. Constitui assim a grande preocupação dos adeptos do desenvolvimento sustentável, o futuro das novas gerações e a premência de políticas que possam conduzir a humanidade a um desenvolvimento harmônico e, prioritariamente, sustentável nos períodos vindouros.

Há, porém quem discorde de certas aplicações dos princípios da sustentabilidade. Este é o caso de Herman Daly, considerado um dos fundadores da Economia Ecológica e autor do conceito de crescimento deseconômico que, segundo ele, ocorre quando o incremento na produção acontece com um custo em recursos e bem-estar maior do que o dos resultados obtidos.

Segundo Mander e Goldsmith (1996, p. 207) Daly afirma que o crescimento econômico sustentável simplesmente já não é uma opção tida como séria. Nem o é o

desenvolvimento, pelo menos no sentido em que o termo é utilizado (envolvendo crescente exploração dos recursos). Daly acredita ser possível e desejável um desenvolvimento qualitativo, que aumente a qualidade de vida das pessoas, sem exploração excessiva dos recursos e, portanto sem aumentar o impacto no ambiente natural.

Daly, apud Mander e Goldsmith (1996, p. 208) afirma que nas suas dimensões físicas,

(...) economia é um subsistema do ecossistema da Terra, que é finito, não expansível e materialmente fechado. À medida que cresce, o subsistema econômico incorpora uma cada vez maior proporção do ecossistema total em si, querendo atingir o limite, a cem por cento. Então, o seu crescimento não é sustentável. O termo *crescimento sustentável* quando aplicado à economia é um mau oxímoro - contraditório enquanto narrativa não evocativo enquanto poesia. (...) os economistas dirão que o crescimento no PNB é uma mistura de aumentos quantitativos e qualitativos e por isso não sujeito a leis físicas. E têm alguma razão. Mudanças quantitativas e qualitativas são coisas muito diferentes, sendo por isso melhor estar separadas e conhecidas por nomes diferentes quando as procuramos num dicionário. *Crescer* significa aumentar naturalmente no tamanho, com a adição de material através de assimilação ou acreção, *Desenvolver* significa expandir ou realizar o potencial de fomentar gradualmente para um estágio mais pleno, maior, ou melhor. Quando alguma coisa cresce, fica maior. Quando algo se desenvolve, fica diferente. O ecossistema da Terra desenvolve-se, mas não cresce. O seu subsistema, a economia, deve eventualmente parar de crescer, mas continuar a desenvolver-se. O termo *desenvolvimento sustentável*, portanto, faz sentido quando usado em economia, mas apenas se for compreendido como *desenvolvimento sem crescimento* - melhoramento qualitativo de uma base econômica física que é mantida numa situação estável através de uma exploração de matéria-energia dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente o termo *desenvolvimento sustentável* é usado como sinônimo para o oxímoro *crescimento sustentável*. Deve ser salvo deste engano. (p. 208). (Grifos nossos).

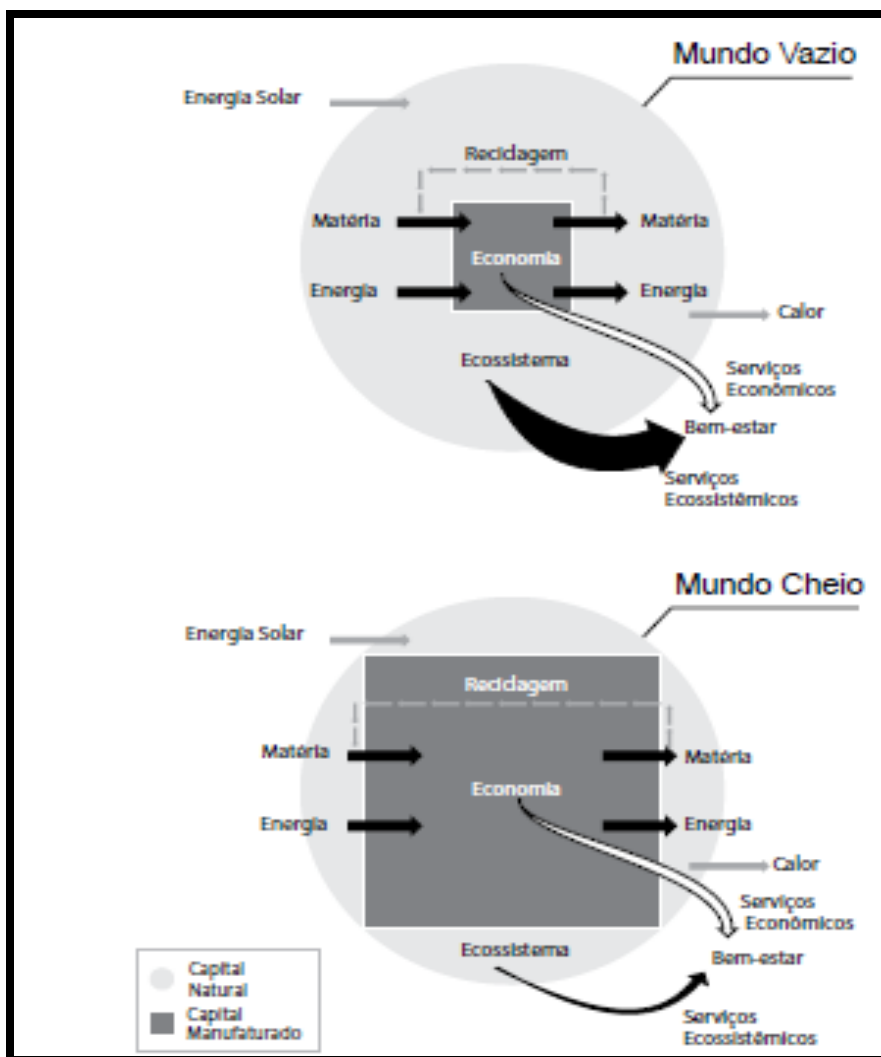


Figura 1 – Uma visão de dois estágios da economia na ótica da Economia Ecológica.

Fonte: Daly (2007) apud Enriquez (2008, p.14)

O enfoque do desenvolvimento local é o que predomina no exame do contexto regional, influenciando as proposições de políticas para o enfrentamento dos problemas gerados pelas desigualdades regionais. Apresenta, contudo, um problema de base que consiste na definição clara do significado de local. Para alguns é sinônimo de rural, para outros se refere a processos socioeconômicos em uma área territorial de reduzido tamanho, havendo também quem o considere equivalente ao desenvolvimento regional. Este enfoque ganhou substancial alento na Europa, mercê do seu processo de unificação política e, sobretudo econômica, quando as propostas de desenvolvimento local encontraram espaço para aplicação devido à conjuntura

favorável (na época) e aos substanciais recursos disponíveis para o financiamento de projetos dos sistemas produtivos locais que até então operavam em condições precárias.

Na verdade, o desenvolvimento local apresenta-se menos como uma teoria do desenvolvimento da região do que como um paradigma novo do desenvolvimento: desenvolvimento endógeno, territorial, aut centrado, desenvolvimento “por baixo”, opondo-se ao desenvolvimento por cima, que fundava as práticas anteriores. Esse novo enfoque foi elaborado em meados dos anos 70, graças às ideias de W. Stöhr e F. Taylor. (1981) e J. Friedman (1964). O desenvolvimento local preconiza a flexibilidade opondo-se à rigidez das formas de organização clássica; uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se as estratégias centralizadas de manejo do território. (BENKO 1994, p. 228). (Grifos nossos).

Segundo Arocena (1995)... *desde nuestra óptica, el desarrollo local no dispone de un cuerpo teórico propio o autónomo de las “teorías del desarrollo”*. Por el contrario, existen diversas teorías del desarrollo que tienen diferentes implicancias en su forma de ver lo local. Também Boisier (2000, p.86) afirma que o desenvolvimento local constitui uma prática sem teoria, circunstância que responde por uma considerável confusão na literatura que trata do tema. Esta é a mesma opinião de Guimaraes (1997; 281), para quem: “The term ‘local economic development’ (LED) describes a practice without much theoretical underpinning: a practice that would benefit from, but may actually never find, comprehensive and applicable substantive theory”. Boisier afirma que o desenvolvimento local:

(...) es un concepto que reconoce por lo menos tres matrices de origen. Primeramente, el desarrollo local es la expresión de una lógica de regulación horizontal que refleja la dialéctica centro / periferia, una lógica dominante en la fase pre-industrial del capitalismo, pero que sigue vigente aunque sin ser ya dominante. En segundo lugar, el desarrollo local es considerado, sobre todo en Europa, como una respuesta a la crisis macroeconómica y al ajuste, incluido el ajuste político supra-nacional implícito en la conformación de la UE; casi todos los autores europeos ubican el desarrollo local en esta perspectiva. En tercer lugar, el desarrollo local es estimulado en todo el mundo por la globalización y por la dialéctica global/local que ésta conlleva. En otras palabras, hay tres racionalidades que pueden operar detrás del concepto de desarrollo local y no

pocos errores prácticos provienen de una mala combinación de instrumentos y de tipo de racionalidad. Por ejemplo, se copian instituciones y medidas de desarrollo local ensayadas en Europa (desarrollo local como respuesta) y se intenta aplicarlas en América Latina (desarrollo local como lógica de regulación horizontal). (2000, p. 86) (Grifos nossos).

O desenvolvimento endógeno, a despeito da sua atual popularidade, é uma categoria tão confusa quanto a anterior, com a qual é frequentemente confundida. Vários autores se esforçam para encontrar uma distinção entre o local e o endógeno. Um esforço estéril e destinado a integrar a lista de discordâncias e polêmicas conceituais da ciência regional. O que se pode supor é que o desenvolvimento local constitui um refinamento do desenvolvimento regional enquanto o desenvolvimento endógeno constitui um processo localizado especificamente numa cidade, sendo próprio dos novos modelos de crescimento econômico global ou agregado que fazem da inovação tecnológica um fenômeno interno à própria função de produção, como em Lucas e em Romer, deixando no passado a concepção neoclássica de “fator residual” de Solow, como o mostra Barquero (2001, p. 17). Assim, segundo Boisier (2000, p.93), *“el desarrollo endógeno se produce como resultado de un fuerte proceso de articulación de actores locales y de variadas formas de capital intangible, en el marco preferente de un proyecto político colectivo de desarrollo del territorio en cuestión.”* É entendido, também, como um processo de crescimento e mudança estrutural que se produz como consequência das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da introdução de inovações o que gera o aumento do bem estar da população de uma cidade.

Barquero (2001, p.25) afirma que a despeito de não depender especificamente da gestão governamental, os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento que é gerado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente.

Mas é importante notar que estes processos de desenvolvimento dependem, e muito, das construções sociais, que se expressam nas dimensões simbólicas. Assim sendo, no seu planejamento não podem deixar de ser levados em consideração fatores intangíveis que regem determinada comunidade, tais como os valores, as crenças, os ritos, a tradição, os conhecimentos atávicos, a confiança na relação comunidade / agentes, e as experiências

coletivas marcantes que resultam numa teia comportamental, normalmente denominada de cultura.

O desenvolvimento endógeno também obedece a uma visão territorial (e não funcional) dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também que é um agente de transformação local.

Observe-se a marca da teoria Schumpeteriana do desenvolvimento capitalista em toda a formulação básica do enfoque do desenvolvimento endógeno. Note-se, também, que esta teoria não se aplica aos países subdesenvolvidos, notadamente às suas regiões mais atrasadas, como no caso, o Nordeste Brasileiro. Como disse Souza (1999, p. 189) a teoria schumpeteriana é mais adequada para países com elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias próprias.

Segundo Brandão (2007, pg. 48). “os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento e aprendizagem, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas *ad hoc* dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente *region-specific*.” Ocorre, porém que a direção desses processos é externa à área onde eles se processam. A sua execução não concorre efetivamente para um processo de desenvolvimento local.

Conclusão

Neste texto tentamos apontar algumas críticas importantes à teoria do desenvolvimento regional que merecem uma maior reflexão por parte dos estudiosos do tema visto que estas não partiram de iniciantes.

Reunimos opiniões ideologicamente distintas de economistas como Paul Baran e Celso Furtado, entre outros. Segundo Baran, (apud Fiori, 2012) o capitalismo monopolista e imperialista teria bloqueado definitivamente o caminho nos países atrasados. Celso Furtado, por seu turno, responde a Meadows, do Clube de Roma, e ao seu estudo *The Limits to Growth* (1972) afirmando que “a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (1974 p 75). Assim sendo, “uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento.” Destaca, porém que a

importância desse modelo que aponta para essa ruptura cataclísmica reside no fato de que ele proporciona uma demonstração rigorosa de que “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria”. Para Furtado, o custo desse estilo de vida, em termos de “deprecação do mundo físico, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.” Mas acrescenta que, “por esta razão, o *desenvolvimento econômico* - a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável.” Ou seja: “as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista”. O que não impede que esta ideia seja utilizada com grande eficácia “para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (1974 pp 75,76).

Assim, diante de tudo isso, como diria Arrighi (1997) existe uma ilusão desenvolvimentista que ignora completamente o sistema consolidado de trocas desiguais entre os países, estados ou regiões industrializadas e os países, estados ou regiões pobres que sobrevivem em sua periferia. Ou, como vaticinou Walerstein (1998), que a existência da periferia é essencial para a estabilidade da economia capitalista mundial.

A exemplo de Sérgio Boisier, acredita-se que a crescente nomenclatura com a qual se adjetiva o desenvolvimento “no sólo produce confusión sino que sobre todo, lleva a una verdadera *tautologización* del concepto, ya que el desarrollo es precisamente -si se le entiende bien-- exactamente todo aquello que se le atribuye. Como consecuencia, la identificación de medidas a favor del desarrollo se hace difícil e ineficiente.”(Boisier, 2001, p 1).

Mas não se trata apenas de uma questão tautológica, estas novas categorias inseridas na teoria do desenvolvimento regional, representam diferentes estratégias e, por isto mesmo, comportam diferentes abordagens, não possuem aderência aos fenômenos observados nas comunidades periféricas, por derivarem em suas formulações originais de escopos diferentes, construídos a partir de culturas e realidades tecnologicamente mais avançadas não correspondendo assim ao objeto real das suas investigações e intervenções, confundindo e dificultando, em termos gerais, o sentido de políticas públicas adotadas sob o rótulo dessas denominações.

Diante do exposto, fica claro que a teoria do desenvolvimento, em suas diferentes adjetivações ainda necessita encontrar modelos que se apliquem à periferia, contemplando as diferentes realidades e estágios socioculturais. Como a economia é afetada pelas mudanças do mundo que a rodeia, as causas e a explicação do desenvolvimento devem ser buscadas, também, fora dos estudos da teoria econômica.

Referências

- Arocena, José. ,1995. *El desarrollo local como desafío contemporáneo*. Montevideo: CLAEH-Nueva Sociedad
- Arrighi, Giovanni., 1997. *A ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes,
- Baran, Paul. 1960. *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar
- Barquero. Antonio Vasquez. , 2001 *Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Benko, Georges; Lipietz, A. (Org.). 1994. *As regiões ganhadoras*. Oeiras, (Pt.): Celta Editora.
- Boisier, Sergio., 2000. Desarrollo (local)? De qué estamos hablando. In: *Desenvolvimento local - regional: Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 151-185.
- Brandão, A. B., 2002. Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento. In: *VII Encontro Nacional de Economia Política*. Anais... Curitiba-PR, maio de
- Bussato, Maria Isabel; Costa Pinto, Eduardo. 2005. *A nova Geografia Econômica: uma perspectiva regulacionista*. *I Encontro de Economia Baiana* – Salvador.
- Fiori, José Luis. 2012. *Para reler o “velho desenvolvimentismo”?* Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna> Acesso em 03. May. 2012.
- Daly, Herman. , 1996. “Sustainable growth? No thank you”. In: Mander, Jerry; Goldsmith, Edward (Orgs.). *The case against the global economy (and for a turn toward the local)*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996, p. 192-96,
- Furtado, Celso. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guimarães, S.P., 1999. *Quinhentos Anos de Periferia: Uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional* Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Guimaraes J.P. de C., 1997. Local Economic Development: The Limitation of Theory. In: B. Helmsing y J. Guimaraes (eds.) *Locality, State and Development*. Essays in honour of Jos G.M. Hilhorst. The Hague: ISS.

González, Román Rodríguez. , 1998. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, nº 1, Novembro.

Hirschman, A., 1980. Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo. *El Trimestre Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, v. 47, n. 188

Hobsbawm, E. J., 1995. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras..

Huxley, Aldous., 1969. *Admirável mundo novo*. Rio de Janeiro: Bradil.

Lipietz, Alain., 1995. El mundo del postfordismo, In: *Revista Nuestra Bandera/Utopías*, nº 166, Madrid

Mander, Jerry; Goldsmith, Edward., 1996. *Economia local, Economia global: a controvérsia*. Lisboa: Piaget.

Meadows DH; Meadows D; Randers J; Behrens III. , 1972. *The Limits to Growth*. Earth Island, London, UK.

Orwell, George., 2005. *1984*. 29ª ed.. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)., 2011. *Informe sobre Desarrollo Humano*. Sostenibilidad y equidad: un mejor futuro para todos. Nueva York, NY: PNUD.

Satrústegui, Koldo Unceta., 2009. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo: una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. Montevideo: CLAES: *Carta Latinoamericana: contribuciones en desarrollo y sociedad en América Latina*. Nº 7, Abril de 2009.

Stöhr, W.; Taylor, D.R.F. (Orgs.). , 1981. *Development from above or below*. Chichester: Wiley.

Storper, Michael; Scott, Allen J., 1986. The wealth of regions. Market forces and policy imperatives in local and global context. In: *Futures*. Vol. 27, n.º 5.

Souza, Nali de Jesus. , 1999. *Desenvolvimento Econômico - 4ª*. Ed. São Paulo: Atlas

Wallerstein, I., 1998. The Rise and Future Demise of *World-Systems Analysis Review*, New York, v. XXI, n. 1, p. 103-112.

World Commission on Environment and Development. 1987. *Our Common Future*.
Oxford University Press,